

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Notas sobre a Concepção de Desenvolvimento de Amartya Sen

ANA CAROLINA IDA XAVIER

Matrícula nº 104031630

ORIENTADOR (A): Prof.^a Maria Silvia Possas

MARÇO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Notas sobre a Concepção de Desenvolvimento de Amartya Sen

ANA CAROLINA IDA XAVIER

Matrícula nº 104031630

ORIENTADOR (A): Prof.^a Maria Silvia Possas

MARÇO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, sempre ao meu lado, com enorme dedicação e paciência.

Agradeço ao Professor Paulo Tigre pela sugestão e indicação do livro “Desenvolvimento como Liberdade” para minha monografia.

Agradeço especialmente à Professora Maria Silvia Possas, meu maior incentivo durante a minha longa caminhada no Instituto de Economia.

RESUMO

Esta monografia pretende abordar a relação da visão ética e do desenvolvimento e refletir sobre a expansão das capacidades básicas e a real relevância de parâmetros econômicos na qualidade de vida dos indivíduos através da análise bibliográfica de Amartya Sen. O autor questiona o que os indivíduos realmente precisam para poder levar a vida que gostariam de ter. Uma análise da expansão das liberdades substantivas como fundamento do desenvolvimento e uma abordagem da pobreza e privações além da renda e parâmetros econômicos.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade de Poder de Compra
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	Renda Nacional Bruta

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
 CAPÍTULO I - DIMENSÃO ÉTICA DA DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	
I.1 - O Comportamento Individual e o Capital	8
I.2 - A Ética e o Comportamento Utilitarista	12
I.3 - O Desenvolvimento e as Liberdades Substantivas	16
I.4 - Análise da Pobreza e das Capacidades	22
 CAPÍTULO II – A CENTRALIDADE DA LIBERDADE	
II.1 - Liberdade Individual e Responsabilidade Social	27
II.2 - A Liberdade de Troca e a Capacidade Produtiva.....	32
II.3 - A Democracia e a Oposição.....	36
II.4 - A Liberdade Cultural e os Valores Comuns	39
 CONCLUSÃO.....	 42
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 44

INTRODUÇÃO

Esta monografia pretende realizar uma análise sobre o que significa melhor qualidade de vida e como Amartya Sen apresenta a expansão das liberdades como fundamento para o desenvolvimento. Sen destaca o acesso às capacidades básicas e a liberdade dos indivíduos como principais meios e fins para o desenvolvimento econômico, e realiza uma análise crítica da visão de qualidade de vida e bem-estar relacionado apenas à renda. A expansão de capacidades e condições para que os indivíduos consigam julgar de forma consciente e então tenham a oportunidade de escolherem o que valorizam, apresenta-se, para Sen, como fator tão relevante quanto a renda e a riqueza.

O capítulo I irá aprofundar a questão da visão ética como fundamento da teoria econômica e do tipo de dados que tradicionalmente se usou para medir o desenvolvimento, em particular examina-se aspectos da ética utilitarista, das críticas que lhe faz Sen e das considerações que tece acerca de qual deveria ser a dimensão de igualdade a ser buscada pela sociedade. Abordará as razões apresentadas por Sen para assumir indicadores sociais e o acesso às liberdades e capacidades substantivas como principais parâmetros para o desenvolvimento. Através da análise da pobreza de Sen, o capítulo I observará também a pobreza real no âmbito da privação das capacidades.

O capítulo II abordará a visão do autor sobre a liberdade como fundamento base para as instituições, as relações de mercado e a responsabilidade social. A abordagem do desenvolvimento humano evidencia a mudança de perspectiva do desenvolvimento e o foco é transferido do crescimento econômico e renda para a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos. Serão apresentados também indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Pobreza Multidimensional os quais tentam refletir o acesso às capacidades básicas e outras questões que influem nas liberdades.

Por fim, o reconhecimento dos valores sociais, costumes e instituições influenciam e favorecem a criação de condições para que os indivíduos tenham a oportunidade de julgar de forma legitimada o tipo de vida que eles realmente valorizam. Dentro desse contexto, a expansão das liberdades individuais é importante para compreender como Sen justifica o papel da riqueza na determinação da qualidade de vida dos indivíduos.

CAPITULO I

Dimensão Ética da Definição de Desenvolvimento

O Comportamento Individual e o Capital

Embora o capitalismo frequentemente seja visto como um sistema que só funciona com base na ganância de todos, o funcionamento eficiente da economia capitalista depende, no entanto, de poderosos sistemas de valores e normas.

Observa-se que o funcionamento de mercados bem-sucedidos se deve também ao sólido alicerce de instituições como, por exemplo, estruturas legais eficazes que defendem os direitos resultantes de contratos e da ética de comportamento, a qual viabiliza os contratos negociados sem a necessidade de litígios constantes para o cumprimento do que foi contratado. O desenvolvimento e o uso da confiança na palavra e promessa das partes envolvidas podem ser, de acordo com Sen, importantíssimas para o êxito de um mercado.

Sen desenvolve:

“O mesmo se aplica a Adam Smith, que levou em consideração diversos valores presentes nas relações econômicas, sociais e políticas. Os primeiros comentaristas (como Montesquieu e James Stuart) que viram o capitalismo como uma espécie de substituição de ‘paixões’ por ‘interesse’ tenderam a chamar a atenção para o fato de que a busca do interesse de um modo inteligente e racional pode ser um grande progresso moral em relação a ser impelido por fervor, ânsia e propensões tirânicas. ‘O interesse’, julgava James Stuart, é ‘o freio mais eficaz’ contra ‘a insensatez do despotismo’. Como analisou primorosamente Albert Hirschman, os primeiros defensores do capitalismo enxergaram um grande avanço na esfera das motivações na emergência da ética capitalista: ‘Ela ativaria algumas inclinações humanas benígnas em detrimento de algumas malignas’.” (SEN, 2010, p. 335)

Apesar da sua eficácia, a ética capitalista na verdade tem caráter muito limitado em alguns aspectos, particularmente nas questões de desigualdade econômica, proteção ambiental e necessidade de diferentes tipos de cooperação atuantes externamente ao mercado. Por outro

lado, o capitalismo funciona com eficácia dentro de um sistema ético que fornece o ímpeto necessário para um mecanismo de mercado e instituições relacionadas bem sucedidas.¹

Ir além das regras de mercado tornou-se uma discussão sustentada na sociedade recente principalmente no contexto da proteção do meio ambiente. Apesar da ocorrência de algumas providências e propostas para a regulamentação e provisão governamental de incentivos por meio de impostos e subsídios, existe também a questão inerente ao comportamento ético vinculada às normas que favorecem o meio ambiente.

Sen cita as considerações amplamente discutidas por Adam Smith em *A Teoria dos Sentimentos Morais*:

“Existe aqui também uma relação, com a grande preocupação de Smith pelo desperdício resultante das atividades dos ‘perdulários e empresários imprudentes’. Smith empenhara-se em reduzir a influência do investimento desperdiçador mediante o controle das taxas de juros, pois ele temia a maior capacidade do investidor perdulário para oferecer juros mais altos sem ter condições de beneficiar a vida deste planeta.” (SEN, 2010, p. 342)

A análise geral de Smith assume relevância na compreensão dos problemas e dificuldades que os “perdulários e empresários imprudentes” da sociedade atual criam para a população. De acordo com Sen, os “perdulários e empresários imprudentes” da sociedade atual poluem o ar e a água tornando o desafio ambiental um problema geral associado à alocação de recursos envolvendo também “bens públicos”¹.

Sen defende que o fornecimento eficiente de bens públicos precisa não só levar em consideração a ação do Estado e a provisão social, mas também examinar o papel do desenvolvimento de valores sociais e da responsabilidade social. O autor destaca que o funcionamento bem sucedido de uma economia baseada na troca depende da confiança mútua e do uso de normas. Lacunas nesse comportamento tornam-se barreiras relevantes para a economia.

¹ Bens Públicos – “Bens que tem de ser fornecido na mesma quantidade para todos os consumidores envolvidos. Vários bens públicos são fornecidos pelo governo. Por exemplo, as ruas e calçadas são fornecidas pelo Estado. Cada cidadão pode avaliá-lo de um modo diferente, mas todos recebem a mesma quantidade. Os bens públicos são exemplo de um tipo particular de externalidade de consumo: toda pessoa é obrigada a consumir a mesma quantidade do bem.” (VARIAN, 2003, p. 691)

A necessidade de desenvolvimento institucional tem alguns vínculos com o papel dos códigos de comportamento, pois as instituições baseadas em relações interpessoais e compreensões compartilhadas por todos operam com base em padrões de comportamentos comuns, confiança mútua e segurança em relação à ética.

Embora o capital tenha se desenvolvido com êxito em aumentar a produção e elevar a produtividade da sociedade moderna, as divergências de experiências dos diferentes países são relevantes. Sen explora como exemplo o êxito das economias do Leste Asiático e do Japão. Admitir o capitalismo somente como um sistema de maximização de lucros baseado na propriedade individual de capital excluiria parte do que permitiu o sucesso do sistema no aumento da produção e geração de renda em tais regiões.

Características como tendência a padrões de comportamento baseado em regras, influência da ética confuciana, códigos de comportamento sensíveis ao raciocínio estratégico e a combinação de comprometimento com um ambiente competitivo junto a políticas públicas ponderadas tornaram o Japão um exemplo de capitalismo bem-sucedido em meio às economias do Leste Asiático.

O êxito do capitalismo na transformação do nível geral de prosperidade econômica tem se baseado em princípios e códigos de comportamento que tornaram as economias eficazes às transformações de mercado. Para usufruir das oportunidades do sistema de mercado e aproveitar a troca e o comércio, os países em desenvolvimento devem considerar não apenas as virtudes do comportamento prudente, porém também o papel de valores complementares, como por exemplo, a confiança existente e a resistência à corrupção disseminada.

De acordo com Sen, os desafios que o sistema capitalista enfrenta na sociedade moderna incluem os problemas acentuados de desigualdade social (pobreza esmagadora) e os problemas de bens públicos. Sen esclarece que a solução dessas dificuldades requer instituições que vão além da economia de mercado capitalista. Entretanto, o próprio alcance da economia capitalista de mercado pode ser ampliado por um desenvolvimento de ética sensível a esses problemas.

A compatibilidade do mecanismo de mercado com um conjunto de valores é uma questão que o autor apresenta como relevante. A corrupção econômica faz parte do grupo de problemas relacionado a códigos de comportamento que tem recebido mais atenção recentemente. Existem funções sociais que uma organização como, por exemplo, a máfia pode desempenhar em setores primitivos da economia.

Sen enfatiza que os contratos podem ser difíceis de sustentar quando os critérios da ética de mercado ainda não estão estabelecidos e os sentimentos de confiança nos negócios ainda não se desenvolveram. Como o alcance efetivo do governo pode ser limitado e demorado nessa área, muitas transações de negócios efetuam-se com base na confiança e na honra. E em tais circunstâncias, uma organização externa pode preencher lacunas e fornecer um serviço socialmente valorizado na forma de imposição pela violência. Nesse contexto, a Máfia e a violência imposta podem desempenhar muitas vezes um papel funcional como forma de “garantia” de que contratante e outros agentes estão realizando o combinado.

A ausência de códigos de comportamento se reflete muitas vezes no surgimento de organizações de imposição e conseqüentemente a função impositiva dessas organizações extraleais diminuiria com o crescimento do comportamento confiante e confiável. Dessa forma, a complementaridade entre normas de comportamento e reforma institucional mostra-se bastante acentuada uma vez que é existente uma conexão entre a emergência de normas para os negócios e a influência do crime organizado nas economias.

A discussão sobre a ética e as normas que guiam os indivíduos na elaboração das políticas públicas têm dois conjuntos de razões distintos e vinculados que determinam o interesse pela justiça social. A primeira razão apresentada por Sen é a centralidade do conceito de justiça na identificação dos objetivos e metas da política pública. Ideias de justiça e a base informacional de abordagem específica de justiça são importantes para o poder e o alcance das políticas públicas.

A segunda razão é que as políticas públicas dependem também de como se comportam os indivíduos na sociedade e tais comportamentos são influenciados pela compreensão e interpretação da ética social. O autor destaca que é importante para a elaboração das políticas públicas levar em consideração as exigências de justiça e o alcance dos valores na determinação dos objetivos e prioridades das políticas estabelecidas.

A Ética e o Comportamento Utilitarista

A teoria econômica predominante possui o utilitarismo como princípio básico, o qual também é uma teoria ética muito relevante nas sociedades modernas. Para o utilitarismo, o bem-estar vincula-se à utilidade e está diretamente ligado à métrica de felicidade e satisfação do indivíduo. Como no utilitarismo a única base de informação relevante é a utilidade, os utilitaristas encontram no PIB uma boa aproximação da soma das utilidades de uma sociedade e na renda individual um indicador de bem estar individual. No entanto, comparações interpessoais de felicidade e o caráter essencialmente mental do bem-estar expõem a falta de precisão ao identificar o que seria ser ou estar mais ou menos feliz.

A avaliação utilitarista se divide em três componentes distintos: O consequencialismo, segundo o qual as escolhas devem ser julgadas por suas consequências e pelos resultados gerados e muitas vezes ignora a violação de direitos e deveres (Sen, 2010); o welfarismo, segundo o qual a avaliação se um estado de coisa é bom funda-se apenas em informações sobre a utilidade. E, por fim, o “ranking pela soma” o qual requer que as utilidades de diferentes pessoas sejam somadas conjuntamente para obter o resultado agregado de satisfação.

Sobre esse último componente, Sen observa que a soma das utilidades ao, ser maximizada, não leva em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades. Ao analisar a visão utilitarista com base nos três componentes apresentados, a injustiça se define como a perda agregada de utilidade quando comparada com o que poderia ter sido obtido.

O autor indica que assumir a métrica da felicidade ou satisfação de desejos como indicador para o bem-estar de um indivíduo acarreta limitações para as teorias econômicas tradicionais (Sen, 1999).

“Essas limitações são particularmente prejudiciais no contexto das comparações interpessoais de bem-estar, pois o grau de felicidade reflete o que uma pessoa pode esperar e como o “trato” social se afigura em comparação com essa expectativa. Uma pessoa que teve uma vida de infortúnios, com pouquíssimas oportunidades e quase sem esperança, pode conformar-se mais facilmente com as privações do que outras que foram criadas em circunstâncias mais afortunadas e abastadas. A métrica da felicidade pode, portanto, distorcer o grau de privação, de um modo específico e tendencioso.” (SEN, 1999, p. 61)

Observa-se que os indivíduos desprovidos tendem a se conformar com a privação e consequentemente, não exigem nenhuma mudança radical. Até mesmo seus desejos e expectativas são reflexos daquilo que a ambição individual se permite tatear. Assim, tornam-se evidentes as razões para considerar a medida mental do prazer ou do desejo como parâmetro não confiável para privação ou desvantagem. Sen descreve:

“Assim, é importante não só levar em conta o fato de que, na escala de utilidades, a privação dos persistentemente destituídos pode parecer abafada e silenciada, mas também favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar.” (SEN, 1999, p. 90)

Importante ressaltar que a consideração da utilidade como única fonte de valor submete-se a críticas embasadas nas argumentações como: o bem-estar não é o único fator valioso e o bem-estar não tem a sua melhor representação através da utilidade. Sen aponta que o parâmetro utilidade pode ser parcial e argumenta:

“Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com a coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam.” (SEN, 1999, p. 90)

A utilidade da riqueza para Amartya Sen está nas coisas que ela nos permite realizar, ou seja, as liberdades substantivas a que ela nos dá acesso. As relações entre renda e realizações, entre mercadorias e capacidades, riqueza econômica e a possibilidade de viver do modo desejado evidenciam que há uma relação entre economia e as realizações dos indivíduos.

Reconhecer o papel da riqueza na determinação da qualidade de vida do indivíduo é tão importante quanto entender a natureza dependente dessa relação. A razão para desejar mais renda e riqueza não acontece porque elas são desejáveis por si mesmas, mas porque são meios para alcançar a qualidade de vida desejável.

Sen faz uma análise sobre a questão dos direitos individuais:

“Em economia recorre-se com frequência ao conceito de direitos e, de fato, os conceitos econômicos básicos de dotação, troca, contrato etc. encerram, todos, vários tipos de direitos. Porém, na tradição utilitarista, esses direitos foram vistos como

sendo inteiramente instrumentais para a obtenção de outros bens, em particular utilidades. Não se atribui nenhuma importância intrínseca à existência ou fruição de direitos, e estes têm sido avaliados segundo sua capacidade de obter boas consequências, entre as quais não figura o gozo de direitos.” (SEN, 1999, p. 65)

Através desses argumentos, Amartya Sen defende que a concepção real de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outros indicadores relacionados à renda. O crescimento econômico deve estar atrelado ao desenvolvimento da qualidade de vida e das liberdades desfrutadas pelas pessoas.

A política do consenso social requer não apenas a ação com base em preferências individuais, mas também em decisões sociais para o desenvolvimento de preferências e normas individuais. Dessa forma, é preciso atribuir importância ao papel das discussões e das interações públicas na emergência de valores e comprometimentos da sociedade. Sen expõe a importância em reconhecer que as disposições sociais surgidas do consenso e as políticas públicas adequadas não requerem uma “ordenação social” única que contenha todas as possibilidades sociais.

A avaliação sobre justiça social também não requer de fato uma precisão sintonizada, como exemplo Sen argumenta: “Ao concordarmos que a ocorrência de uma fome coletiva evitável é socialmente injusta, não estamos também afirmando a possibilidade de determinar que alocação exata de alimentos entre todos os cidadãos seria ‘mais justa’.” (Sen, 2010)

Conclui-se que o reconhecimento da injustiça na privação evitável como fome em massa, morbidez desnecessária, morte prematura, pobreza massacrante, negligência com crianças do sexo feminino, sujeição de mulheres e fenômenos desse tipo, não precisa esperar a derivação de alguma ordenação completa de escolhas.

Sen alega que um senso de justiça está entre as considerações que podem motivar as pessoas com determinada frequência. Os valores sociais podem desempenhar um papel importante no êxito de formas de organização social, incluindo o mecanismo de mercado, política democrática, os direitos civis e políticos elementares, a provisão de bens públicos básicos e instituições para a ação e protestos públicos.

De acordo com o autor, pessoas diferentes podem ter modos diferentes de interpretar ideias de éticas, incluindo as de justiça social. Entretanto, as ideias básicas de justiça não são estranhas a indivíduos que vivem em uma sociedade e se preocupam com seus próprios interesses, porém também têm capacidade de pensar em membros da família, vizinhos e outras pessoas do mundo.

Sen observa que toda teoria normativa do ordenamento social resistente ao tempo exigiu igualdade de algo. Deve-se lembrar, que a concepção de igualdade para os utilitaristas não quer a igualdade das utilidades desfrutadas por diferentes pessoas. O utilitarismo requer a maximização da soma total das utilidades de todas as pessoas e, dessa forma, Sen observa que num sentido amplo, a concepção não é igualitária. (Sen, 2008)

As diversas sociedades apresentam diferentes oportunidades quanto o que podemos ou não realizar. Da mesma forma, as questões epidemiológicas de diferentes regiões também refletem na saúde e bem estar dos indivíduos. Além das diferenças sociais e ambientais que cada indivíduo é exposto, as características pessoais como idade, sexo, aptidões físicas e mentais também são relevantes no cenário das desigualdades. (Sen, 2008)

Sen analisa:

"Uma pessoa incapacitada não pode realizar funcionamentos do modo que uma pessoa com o 'corpo hábil' pode, ainda que ambas tenham exatamente a mesma renda. Portanto a desigualdade em termos de uma variável (p. ex., renda) pode nos conduzir no sentido, bem oposto, da igualdade no espaço de outra variável (p. ex., o potencial para realizar funcionamentos ou o bem-estar)." (SEN, 2008, p. 51)

A diversidade humana tem como principal consequência a igualdade num determinado espaço e paralelamente a desigualdade em outro. Por exemplo:

"Podemos não conseguir exigir a igualdade dos níveis de bem-estar e de outra 'padronização' deste tipo – para usar uma útil expressão de Nozick – se tivermos exigido a igualdade de direitos libertários tal como especificados por Nozick (1974). Se são aceitos, desta forma, direitos iguais, então também devem ser todas as suas consequências, e isso incluiria todas as desigualdades geradas de rendas, utilidades, bem-estar e liberdades positivas para fazer isso ou ser aquilo." (SEN, 2008, p. 52)

Para o autor, a relação entre igualdade e liberdade deve observar que a importância da liberdade não pode estar em conflito com a importância dos ordenamentos sociais que promovem a igualdade de liberdades que os indivíduos possuem. "A liberdade está entre os

possíveis campos de aplicação da igualdade, e a igualdade está entre os possíveis padrões de distribuição da liberdade.” (Sen, 2008)

O Desenvolvimento e as Liberdades Substantivas

A privação da liberdade é observada no mundo inteiro de maneiras diversas. Fomes coletivas negam a milhões a liberdade básica de sobreviver, o pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico e água tratada resultam na morbidez desnecessária, com frequência resultando na morte prematura. Mesmo nos países mais desenvolvidos é comum observar pessoas carentes de oportunidades de acesso à educação, saúde, segurança, e dentre outras, a desigualdade entre homens e mulheres também expressa a privação feminina das inúmeras capacidades básicas. (Sen, 2010)

Mesmo quando há segurança econômica adequada, mas não existe liberdade política ou direito civil, o indivíduo sofre a privação de liberdades importantes para conduzir e participar de decisões da sua vida social e política. Como as liberdades políticas e civis são elementos essenciais da liberdade humana, sua negação é então uma deficiência no processo de desenvolvimento.

A análise do desenvolvimento para Amartya Sen considera as liberdades dos indivíduos e a expansão das capacidades das pessoas. Observa-se que as capacidades podem expandir através de políticas públicas e por outro lado, a direção destas pode ser influenciada pela capacidade participativa do povo. Da mesma forma, a privação de capacidades pode estar relacionada a um baixo nível de renda que pode, por exemplo, ser uma razão para o analfabetismo, más condições de saúde, entre outros problemas sociais. Como também, por outro lado, a melhor educação e saúde ajudam alcançar rendas mais elevadas.

Essa relação de mão dupla é uma questão fundamental na análise do desenvolvimento para Sen. As liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais e o êxito de uma sociedade deve ser avaliado segundo as liberdades substantivas que seus membros têm acesso. Este enfoque difere das abordagens normativas mais tradicionais de desenvolvimento, as quais se concentram em outras variáveis como utilidade ou renda real.

Entende-se que apesar do importante papel da renda e da riqueza junto a outras influências, é importante integra-los a um quadro mais amplo de êxito e privação.

A mudança de perspectiva possibilita visualizar um cenário diferente da pobreza, não apenas em países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos. Existem razões consideráveis para que se veja a pobreza não só como baixa renda, mas também como forma de privação de capacidades básicas.

As estatísticas de distribuição de renda nos países europeus não refletem bem as privações resultantes do elevado nível de desemprego. O sistema europeu de seguridade social, o qual inclui o seguro-desemprego, tende a diminuir o agravamento das privações resultantes do desemprego através da compensação de renda pelo Estado. No entanto, Sen expõe que o desemprego não é apenas uma deficiência de renda que pode ser compensada pelo Estado. O desemprego é também uma fonte debilitadora sobre a liberdade, iniciativa e habilidades dos indivíduos e resulta na exclusão social de alguns grupos, perda da autonomia, autoconfiança e saúde física e psíquica. (Sen, 2010)

Sen defende que a liberdade individual é um produto social e existe uma relação intrínseca entre as disposições sociais que visam à expansão das liberdades individuais e o uso das liberdades individuais para melhorar a vida dos indivíduos e tornar as disposições sociais mais eficazes. Ver o desenvolvimento como um processo com base na remoção das privações de liberdade que sofrem os indivíduos de uma sociedade e então analisar o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas implica também compreender os modos e meios de promover o desenvolvimento.

A motivação que fundamenta para Amartya Sen a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” consiste em atentar a aspectos importantes do processo de desenvolvimento buscando uma abordagem ampla com o intuito de evitar que sejam negligenciados assuntos sociais importantes.

Como foi apresentada anteriormente, a abordagem de desenvolvimento por Sen é um processo de expansão das liberdades reais a que as pessoas têm acesso. A expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Com base

nessa consideração, Sen desenvolve o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento.

O papel constitutivo está vinculado à importância da liberdade substantiva no enriquecimento das pessoas. Entendem-se como parte da liberdade substantiva as capacidades elementares como, por exemplo, evitar privações como a fome e a subnutrição, morte prematura, bem como liberdades associadas à educação, participação política, liberdade de expressão, etc. Na perspectiva constitutiva, o desenvolvimento está relacionado à expansão das liberdades básicas, sendo um processo também de expansão de liberdades humanas.

O processo de desenvolvimento através da ampliação da liberdade humana precisa incluir a eliminação da privação de qualquer liberdade do indivíduo. Mesmo que o indivíduo não tenha interesse imediato em exercer tais liberdades, ainda assim seria uma privação de suas liberdades e uma deficiência no processo. A visão defendida por Amartya Sen leva em conta essas privações uma vez que as liberdades são parte integrante essencial do enriquecimento do processo de desenvolvimento.

O autor identifica as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora como liberdades instrumentais que contribuem para a capacidade geral do indivíduo viver mais livremente, possuindo o efeito de completar umas às outras. Observa-se que os tipos distintos de liberdades instrumentais vinculam-se uns aos outros reforçando a sua importância conjunta. Esses encadeamentos reforçam o argumento que a liberdade não é apenas o objetivo do desenvolvimento, mas também seu principal meio.

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para escolher seus governantes, além de incluir a possibilidade de: criticar e fiscalizar as autoridades, liberdade de expressão política, imprensa sem censura, liberdade de escolha entre diferentes partidos políticos etc. As facilidades econômicas são as oportunidades dos indivíduos em utilizar os recursos econômicos e à medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza do país, estas se refletem também no aumento correspondente da situação econômica da população. Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc. Observa-se que essas disposições influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor.

Em interações sociais, a sociedade opera com alguma presunção básica de confiança. As garantias de transparência referem-se à liberdade de lidar uns com os outros através da clareza. Essa garantia tem um claro papel instrumental como inibidora da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Por fim, a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social. É uma esfera que inclui, por exemplo, disposições institucionais como benefícios aos desempregados e distribuição de alimentos em crises de fome coletiva.

As liberdades instrumentais aumentam as capacidades das pessoas e também se suplementam mutuamente reforçando umas às outras. O crescimento econômico tem participação ao ajudar na elevação das rendas privadas e na possibilidade de financiamento de políticas sociais e intervenção governamental ativa por parte do Estado.

Dessa forma, a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para a redução significativa de taxas como de mortalidade e fecundidade.

Amartya Sen toma como exemplo de desenvolvimento e crescimento econômico por meio da oportunidade social, o caso do Japão. A expansão da educação básica e a disseminação da alfabetização em países atualmente ricos como o Japão basearam-se no baixo custo da educação pública combinado a seus benefícios públicos para a sociedade e crescimento econômico.

“O exemplo pioneiro de intensificação do crescimento econômico por meio da oportunidade social, especialmente na área da educação básica, é obviamente o Japão. Às vezes se esquece que o Japão apresentava taxas de alfabetização mais elevadas do que as da Europa mesmo na época da restauração Meiji em meados do século XIX, quando a industrialização ainda não ocorrera no país, mas já se instalara na Europa décadas antes. O desenvolvimento econômico do Japão foi claramente muito favorecido pelo desenvolvimento dos recursos humanos relacionado com as oportunidades sociais que foram geradas. O chamado milagre do Leste Asiático, envolvendo outros países dessa região, baseou-se, em grande medida, em relações causais semelhantes.” (SEN, 2010, p. 61)

As liberdades individuais assumem um papel central no desenvolvimento e conseqüentemente, examinar seus determinantes tornam-se relevante, uma vez que as disposições sociais assumem importância decisiva no processo de expansão das liberdades

dos indivíduos. As liberdades individuais são influenciadas pela garantia social de liberdades, tolerância e possibilidade de troca e transações, sofrendo também influência do apoio público no fornecimento de facilidades como serviços básicos de saúde ou educação fundamental.

O processo conduzido pelo apoio público funciona dando prioridade a serviços sociais como serviço de saúde e educação básica, os quais conduzem a redução da mortalidade e melhoria na qualidade de vida. Sen apresenta o caso de Kerala, Estado da Índia com mais de 30 milhões de habitantes:

“Apesar de seus níveis de renda baixíssimos, os habitantes de Kerala, China e Sri Lanka apresentam níveis de expectativa de vida intensamente mais elevados do que as populações muito mais ricas do Gabão, Namíbia (...). Como as variações na expectativa de vida relacionam-se a diversas oportunidades sociais que são centrais para o desenvolvimento (como políticas epidemiológicas, serviços de saúde, facilidades educacionais etc.), uma visão centralizada na renda necessita de uma grande suplementação para que se tenha compreensão mais plena do processo de desenvolvimento.” (SEN, 2010, p. 68)

O sucesso do processo conduzido pelo apoio público indica que um país não precisa esperar o enriquecimento para estabelecer uma política de educação básica e serviço de saúde. A qualidade de vida pode ser melhorada através de um programa de serviço social, não obstante os baixos níveis de renda.

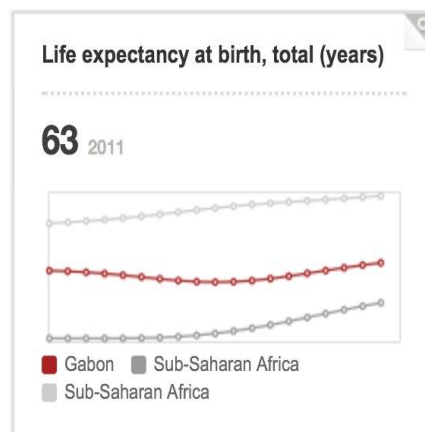
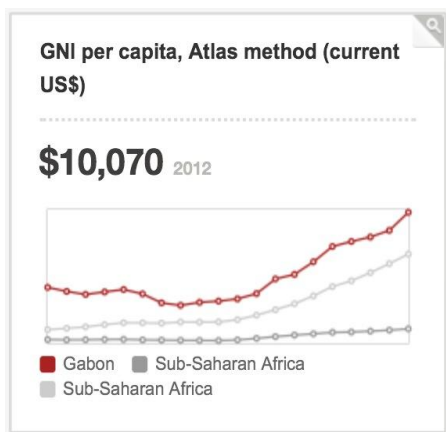
A visão tradicional e mais restrita do desenvolvimento identifica e atrela o desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização e avanços tecnológicos. Sen apresenta, no entanto, o desacordo entre índices como a renda per capita e a liberdade dos indivíduos para uma expectativa de vida maior.

Dados Sri Lanka – Gráficos 1 e 2



Fonte: data.worldbank.org/country/sri-lanka

Dados Gabão – Gráficos 3 e 4



Fonte: data.worldbank.org/country/gabon

Como exemplo, os gráficos 3 e 4 indicam que os cidadãos do Gabão podem ser consideravelmente mais ricos em termos de PNB per capita do que cidadãos do Sri Lanka (gráficos 1 e 2), entretanto observa-se que a expectativa de vida da população do Sri Lanka é substancialmente mais elevada do que a expectativa de vida no Gabão.

O programa de serviço social através da educação e serviço de saúde apresenta-se como produtivo para o aumento do crescimento econômico, reforçando o argumento de mais ênfase às disposições sociais nas economias pobres. Esse processo conduzido pelo custeio público como forma de estabelecer um aumento na qualidade de vida tornou-se um argumento importante para o desenvolvimento do crescimento econômico do Sri Lanka.

Para Sen, a contribuição do crescimento econômico vai além do aumento das rendas privadas uma vez que resulta também na expansão de outras capacidades, como por exemplo, a expansão de serviços sociais. A ideia básica sustentada por Sen é que a expansão da liberdade humana deve ser tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento.

De acordo com o autor, o objetivo do desenvolvimento está atrelado à liberdade real dos indivíduos e entende-se que as capacidades individuais dependem de disposições econômicas, sociais e políticas. Os papéis instrumentais da liberdade incluem inúmeros componentes distintos e inter-relacionados. O processo de desenvolvimento é influenciado por essas inter-relações e para corresponder a essas múltiplas liberdades é necessário estabelecer instituições como sistemas democráticos, estruturas de mercado, serviços de

educação e saúde etc. Conclui-se que o Estado e a sociedade têm papéis abrangentes na consolidação e proteção das capacidades dos indivíduos.

Análise da Pobreza e das Capacidades

A ideia de justiça social para Sen é apresentada de forma que a vantagem individual é julgada em função das capacidades que o indivíduo possui, ou seja, das liberdades substantivas para que ele possa levar o tipo de vida desejado. Nesse aspecto, a pobreza é exposta por Sen como privação de capacidades básicas e não somente como baixo nível de renda, o qual é o critério tradicional de identificação da pobreza. No entanto, deve-se atentar que essa perspectiva considerando a privação de capacidades não nega o fato de que a baixa renda é uma das principais causas da pobreza, uma vez que na sociedade atual a falta de renda é uma das principais razões para a privação de capacidades de uma pessoa.

De acordo com Sen, os argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são:

“1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente). 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). 3) A relação entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).” (SEN, 2010, p. 120)

Sen aborda que a relação entre a renda e capacidades seria alterada pela idade dos indivíduos (necessidades específicas dos idosos e dos jovens), pelos papéis sexuais e sociais (responsabilidades da maternidade), pela localização (propensão a inundações ou secas, violência em alguns bairros), pelas condições epidemiológicas (regiões com doenças endêmicas), dentre outras variações que as pessoas podem ter controle parcial ou total.

O autor observa que pode haver desvantagens como a idade e a incapacidade que reduzem o potencial para alcançar determinado nível de renda. Torna-se mais difícil transformar renda em capacidade, uma vez que um indivíduo mais velho ou incapacitado pode necessitar de mais renda para obter os mesmos funcionamentos.

Portanto, entende-se que a pobreza real, no que se refere à privação de capacidades, pode ser mais intensa do que no âmbito limitado da renda. Em alguns países, a distribuição da renda dentro da própria família é também fator relevante da análise da pobreza real. Sen descreve que em países da África setentrional e da Ásia a parcialidade por um dos sexos em detrimento de outro (no caso, as meninas) estabelece a privação de capacidades expondo o membro da família à mortalidade, subnutrição, negligência médica etc.

É observado também que a privação relativa de renda pode resultar em privação absoluta de capacidades. Mesmo quando o indivíduo apresenta renda absoluta mais elevada do que os padrões mundiais, ele pode ser relativamente pobre em um país rico. O estudo da “exclusão social” precisa analisar a participação do indivíduo na vida da comunidade. A necessidade de participar da vida de uma comunidade rica pode conduzir demandas, por exemplo, de equipamentos modernos. Logo, isso consolida exigências severas a uma pessoa relativamente pobre em um país rico mesmo quando sua renda é muito mais elevada em comparação aos indivíduos de países pobres.

A noção de pobreza como privação das capacidades e a noção de pobreza como baixo nível de renda são duas perspectivas que estão atreladas uma a outra, já que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. Espera-se que maiores capacidades para viver tendem, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa a ser mais produtiva e alcançar maior renda. Sen argumenta que não ocorre apenas que, melhor educação e serviço de saúde elevem diretamente a qualidade de vida do indivíduo, mas esses dois fatores também são responsáveis pelo aumento do potencial do indivíduo para alcançar maior renda.

É importante ressaltar que apesar das relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades sejam importantes, é necessário lembrar que a redução da pobreza de renda não pode ser o fato fundamental e motivação primordial das políticas de combate à pobreza. Sen argumenta que:

“É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas.” (SEN, 2010, p. 126)

Conclui-se que o aumento das capacidades humanas tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. E através de um encadeamento indireto, o aumento de capacidades ajuda de forma direta e indiretamente a enriquecer a vida dos indivíduos e reduzir as privações.

O caso do desemprego expõe de forma clara a relação descrita acima. Sen apresenta que se a perda da renda fosse tudo que o desemprego acarreta, o auxílio renda ou seguro desemprego suprimiriam boa parte da perda do indivíduo. No entanto, há provas abundantes de que o desemprego tem inúmeros efeitos mais abrangentes além da perda financeira, como por exemplo, dano psicológico, perda de motivação para trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez, perturbações das relações familiares e da vida social e intensificação da exclusão social.

A importância relativa à desigualdade de renda torna-se muito restrita. As limitações na concepção sobre os reais danos resultantes da perda de renda e do desemprego contribuem para a negligência de outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam as políticas econômicas de forma mais abrangente. Sen relata que os debates sobre políticas têm destinado uma ênfase excessiva à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, deixando em segundo plano privações como o desemprego, doença, baixo nível de escolaridade, exclusão social.

O autor aponta que o contraste entre as diferentes perspectivas da renda e da capacidade influenciam diretamente na concepção de igualdade e toma como exemplo:

“uma pessoa com renda elevada, mas sem oportunidade de participação política não é ‘pobre’ no sentido usual, porém claramente é pobre no que diz respeito a uma liberdade importante. Alguém que é mais rico do que a maioria, mas tem uma doença cujo tratamento é muito caro obviamente sofre privação em um sentido importante, muito embora nas estatísticas usuais sobre distribuição de renda essa pessoa não venha a ser classificada como pobre.” (SEN, 2010, p. 129)

A distinção entre desigualdade de renda e desigualdade econômica é importante. As críticas ao igualitarismo econômico aplicam-se de forma mais fácil ao conceito limitado de desigualdade de renda do que ao amplo conceito de desigualdade econômica. Entende-se que destinar mais renda a uma pessoa com mais necessidades (exemplo: incapacidade motora) pode ser considerado contrário ao princípio de igualar as rendas, mas isso não contesta os

princípios da igualdade econômica, uma vez que tais princípios levam em conta a incapacidade e a necessidade de mais recursos econômicos.

Apesar do papel significativo das rendas nas vantagens dos indivíduos, a relação entre, de um lado a renda e outros recursos e de outro lado as realizações e liberdades substantivas individuais não é constante. Os papéis de heterogeneidades pessoais, questões ambientais, variações sociais, diferenças de perspectivas relativas devem receber importante atenção na elaboração das políticas públicas.

Sen defende que a abordagem da comparação de renda como modo mais “prático” de chegar às diferenças de vantagens torna-se difícil de sustentar. E paralelamente, em uma abordagem orientada para a liberdade, as liberdades participativas não podem deixar de ser centrais para análise de políticas públicas.

A abordagem do bem-estar medida pela renda real dos indivíduos encontra sua maior dificuldade nessa enorme diversidade dos seres humanos. As diferenças que vão da idade e sexo à incapacidade e propensão a doenças podem tornar o mesmo pacote de mercadorias ou a mesma renda em oportunidades diferentes de qualidade de vida.

Assim, a ideia que a pobreza está vinculada exclusivamente à escassez de renda não é incoerente uma vez que a renda tem enorme influência no que o indivíduo pode realizar e obter. Sen discute a análise de John Rawls sobre os “bens primários” a qual fornece uma cesta mais ampla de recursos que os indivíduos precisam independente de seus objetivos. Entendem-se como bens primários os bens que são meios de uso geral e ajudam a promover os fins individuais de cada indivíduo, por exemplo, direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza.

Sen descreve:

“A concentração em bens primários na estrutura rawlsiana relaciona-se a essa visão da vantagem individual segundo as oportunidades que os indivíduos têm para buscar seus objetivos. Rawls via esses objetivos como a busca pelo indivíduo de suas ‘concepções do bem’, as quais seriam variáveis de pessoa para pessoa.” (SEN, 2010, p. 101)

Entretanto, Sen defende que para muitas finalidades avaliatórias o conceito dos bens primários de Rawls não se adéqua totalmente. Para Sen, é o acesso às liberdades substantivas

e às capacidades básicas que permitem ao indivíduo escolher uma vida que se tem razão para valorizar. A sua análise leva em conta não apenas o alcance dos bens primários individuais, mas também as características relevantes de cada indivíduo. Ele exemplifica:

“Uma pessoa fisicamente incapacitada pode possuir uma cesta de bens primários maior e ainda assim ter menos chance de levar uma vida normal do que um indivíduo fisicamente capaz possuidor de uma cesta menor de bens primários. Analogamente, uma pessoa mais idosa ou mais propensa a doenças pode ser mais desfavorecida em um sentido geralmente aceito, mesmo possuindo um pacote de bens primários maior.” (SEN, 2010, p. 104)

Sen conclui argumentando que é necessário inúmeras informações sobre a divisão de recursos para se ter uma ideia clara das desigualdades econômicas. Contudo, as taxas de mortalidade, privações como subnutrição e analfabetismo podem mostrar diretamente um cenário de desigualdade e pobreza. Apesar do papel da renda nas vantagens individuais, a relação entre renda e realizações e liberdades substantivas não é constante ou automática.

CAPITULO II

A Centralidade da Liberdade

Liberdade Individual e Responsabilidade Social

Amartya Sen destaca que há uma interdependência entre liberdade e responsabilidade, sendo esse caminho entre liberdade e responsabilidade de mão dupla. Na ausência de liberdade substantiva e de capacidade para realização, o indivíduo não pode ser considerado responsável uma vez que a responsabilidade requer liberdade. Contudo, as liberdades substantivas para exercer as responsabilidades são dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais.

“Uma criança a quem é negada a oportunidade do aprendizado escolar básico não só é destituída na juventude, mas desfavorecida por toda a vida (como alguém incapaz de certos atos básicos que dependem de leitura, escrita e aritmética). O adulto que não dispõe de recursos para receber tratamento médico para uma doença que o aflige não só é vítima de morbidez evitável e da morte possivelmente escapável, como também pode ter negada a liberdade para realizar várias coisas – para si mesmo e para os outros – que ele pode desejar como ser humano responsável. O trabalhador adscritício nascido na semiescraavidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade.” (SEN, 2010, p. 361)

Deve-se lembrar que o Estado deve criar mais oportunidades de escolha e decisões substantivas para as pessoas, que então poderão agir de modo responsável. No entanto, o comprometimento social com a liberdade individual não precisa atuar somente através do Estado, pertencendo também às instituições como organizações políticas e sociais, instituições não governamentais, a mídia e outros meios de comunicação e entendimento público, bem como as instituições de mercado e relações contratuais.

Sen evidencia que a tendência da literatura recente sobre desenvolvimento concentra-se muito em alguns indicadores de desenvolvimento limitados como, por exemplo, o crescimento do PNB per capita, o aumento de rendas pessoais, industrialização e avanços tecnológicos. No entanto, a crença de que o aumento da liberdade é essencialmente um importante fator motivador para mudanças econômicas e sociais não é uma ideia nova.

Ele ressalta em sua obra:

“Adam Smith tratou explicitamente das liberdades humanas cruciais. O mesmo fez Karl Marx em muitas de suas obras; por exemplo, quando ressaltou a importância de ‘substituir o domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso das circunstâncias’. A proteção e o aumento da liberdade suplementaram substancialmente a perspectiva utilitarista de John Stuart Mill, juntamente com a indignação específica desse autor pela negação de liberdades substantivas às mulheres. Friedrich Hayek foi enfático ao situar a realização do progresso econômico em uma formulação muito geral de liberdades formais e liberdades substantivas, afirmando: ‘As considerações econômicas são meramente aquelas pelas quais conciliamos e ajustamos nossos diferentes propósitos, nenhum dos quais, em última instância, é econômico.’”. (SEN, 2010, p. 368)

Aprofundando a análise do desenvolvimento fundamentado na expansão da liberdade dos indivíduos, o autor indaga se existe realmente uma diferença relevante substancial entre este enfoque e a análise do desenvolvimento pelo “crescimento do produto per capita”, uma vez que ambos estão relacionados e são substancialmente coincidentes. As diferenças tornam-se aparentes por razões distintas relacionadas ao “aspecto do processo” e o “aspecto da oportunidade” da liberdade. Como liberdade está vinculada ao processo de decisões dos indivíduos e às oportunidades de conseguir alcançar resultados desejados e valiosos, não se pode restringir a esfera de interesse apenas aos resultados na forma de aumento de renda e produção. Sen demonstra que não se pode supor que processos como a participação em decisões políticas e escolha social são apenas parte dos “meios de desenvolvimento”, esses processos têm de ser entendidos como sendo em si, parte constitutiva dos “fins do desenvolvimento”. (Sen, 2010)

Paralelamente, “desenvolvimento como liberdade” e as perspectivas mais convencionais sobre o desenvolvimento contrastam-se dentro do aspecto da oportunidade. A concepção de desenvolvimento como liberdade considera o grau de oportunidade que as pessoas têm para obter resultados que elas valorizam. Os níveis de renda real das pessoas são importantes porque permitem a aquisição de bens e serviços desejados. Porém, os níveis de renda podem ser avaliados inadequadamente para aspectos importantes como a liberdade para longevidade, potencial para escapar da morbidez evitável, oportunidade de emprego, dentre outros aspectos.

O autor enfatiza que há inúmeras variáveis não aferidas pela renda que indicam oportunidades pessoais valorizadas e que não estão estreitamente ligadas à prosperidade

econômica. O papel instrumental da expansão de capacidades na mudança social vai muito além da mudança econômica. O papel do indivíduo pode ir também muito além da produção econômica e da perspectiva de capital humano ao incluir o desenvolvimento social e político.

Sen exemplifica:

“a expansão da educação para as mulheres pode reduzir a desigualdade entre os sexos na distribuição intrafamiliar e também contribuir para a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil. A expansão da educação básica pode ainda melhorar a qualidade dos debates públicos. Essas realizações instrumentais podem ser, em última análise, importantíssimas – levando-nos muito além da produção de mercadorias convencionalmente definidas.”. (SEN, 2010, p. 376)

Segundo o autor, o reconhecimento do papel das qualidades humanas na promoção e sustentação do crescimento econômico, por mais importante que seja nada diz sobre a razão de se buscar o crescimento econômico antes de tudo. No entanto, o enfoque sobre a expansão da liberdade para levar o tipo de vida que os indivíduos desejam e valorizam, destaca que o papel do crescimento econômico na expansão dessas oportunidades tem de ser integrado à concepção mais essencial do processo de desenvolvimento como a expansão da capacidade humana para levar uma vida mais livre.

Embora a prosperidade econômica colabore para uma vida de opções mais amplas, o mesmo pode se dizer sobre educação, melhor serviço de saúde, e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas dos indivíduos. O desenvolvimento social tem de ser considerado desenvolvimentista, atrelando a possibilidade de vida mais longa, mais livre e proveitosa ao papel que desempenha no aumento da produtividade, do crescimento econômico ou das rendas individuais.

Ao buscar um entendimento mais amplo do papel das capacidades humanas, Sen aponta que é preciso considerar aspectos como: “a relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas; seu papel indireto, influenciando a mudança social, e seu papel indireto, influenciando a produção econômica.”. (Sen, 2010)

A análise do desenvolvimento requer a compreensão integrada dos papéis das diferentes instituições e suas interações. A formação de valores e a emergência e evolução da ética social são igualmente partes do processo de desenvolvimento. A liberdade não pode

produzir uma visão do desenvolvimento que se traduza em alguma fórmula simples de acumulação de capital, abertura de mercados e planejamento econômico eficiente.

Para Sen, a ideia de desenvolvimento não deve se basear somente no PIB e na renda individual como parâmetros únicos para o bem-estar da sociedade. A ideia de desenvolvimento deve ir além da perspectiva de crescimento econômico. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento humano tem como definição o processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

A abordagem do Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma sociedade é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida dos indivíduos. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD. (PNUD, 2014)

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, indicador muito utilizado que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são avaliados no IDH.

O índice é calculado anualmente e foi publicado pela primeira vez em 1990. Aos poucos o IDH tornou-se referência mundial e passou a ser um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Desde 2010, novas metodologias foram

incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

“1) Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; 2) O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; 3) O padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.” (PNUD, 2014)

Em 1990, a premissa do primeiro RDH era de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, conceito que guiou todos os relatórios subsequentes. O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é reconhecido pelas Nações Unidas como ferramenta importante para o crescimento da conscientização sobre o desenvolvimento humano. Os RDHs incluem o Índice de Desenvolvimento Humano e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias do desenvolvimento. (PNUD, 2014)

Existem outros indicadores complementares de desenvolvimento humano que incluem parâmetros sociais e o acesso às capacidades básicas. Por exemplo:

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) foi criado uma vez que o IDH é uma medida média de desenvolvimento humano básico em um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. O IDH 2010 introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o qual leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. (PNUD, 2014)

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade

econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero. (PNUD, 2014)

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar.

Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP US\$1,25 por dia. Ela mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história. (PNUD, 2014)

A Liberdade de Troca e a Capacidade Produtiva

A necessidade de um exame crítico dos preconceitos e atitudes político-econômicas tradicionais nunca foi tão importante. Os preconceitos de hoje, em favor do mecanismo de mercado puro, precisam ser cuidadosamente analisados e ao ver de Sen, parcialmente rejeitados. No entanto, o autor também evidencia que se deve evitar ressuscitar os desatinos do passado como a recusa em aceitar os méritos dos mercados e a inescapável necessidade deles.

Nas discussões recentes, Sen aponta que ao se avaliar o mecanismo de mercado o enfoque tende a ser sobre os resultados que ele produz, por exemplo as rendas ou as utilidades geradas pelos mercados. Mas o principal argumento em favor da liberdade de transações de mercado baseia-se na importância fundamental da própria liberdade:

“Temos boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações. Negar essa liberdade seria, em si, uma grande falha da sociedade. Esse reconhecimento fundamental é anterior a qualquer teorema que possamos ou não ser capazes de provar para demonstrar que os resultados de culminância dos mercados são dados por rendas, utilidades etc.”. (SEN, 2010, p. 151)

Na análise do desenvolvimento para Sen, o papel da ética empresarial tem de ser tirado da obscuridade e receber um reconhecimento incontestável. Analogamente, a ausência da liberdade para efetuar transações pode ser uma questão importante em si. Isso se aplica, por exemplo, quando a liberdade de mercado de trabalho é negada por leis, regulamentações ou convenções. O autor aponta:

“Embora os escravos afro-americanos no Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil possam ter recebido rendas pecuniárias equivalentes às de trabalhadores assalariados em outras partes (ou até mesmo maiores do que as destes), e ainda que eles possam até mesmo ter tido vida mais longa do que a dos trabalhadores urbanos do Norte do país, mesmo assim havia uma privação fundamental no próprio fato da escravidão (independentemente da renda ou utilidades que ela possa ter ou não ter gerado). A perda da liberdade pela ausência de escolha de emprego e pela forma de trabalho tirânica pode ser, em si, uma privação fundamental.”. (SEN, 2010, p. 152)

O desenvolvimento de mercados livres e da livre procura de emprego em particular é um fator valorizado por Sen, o qual observa que essa liberdade tem uma importância crítica em muitas partes do mundo e exemplifica:

“O malogro do socialismo burocrático na Europa oriental e na União Soviética não pode ser compreendido plenamente apenas em função dos problemas econômicos ligados à geração de renda ou de outros resultados, como expectativa de vida. Na verdade, em expectativa de vida os países comunistas com frequência tiveram ótimos resultados, relativamente falando. Com efeito, vários dos ex-países comunistas hoje em dia se encontram em uma posição significativamente pior do que a vigente na época do regime comunista. Ainda assim, a população não se mostra disposta a votar pelo retorno do sistema anterior, como indicam os resultados de eleições, e nem mesmo os novos partidos sucessores que se pautam pela antiga corrente política propõem esse retorno.” (SEN, 2010, p. 153)

Sen avalia que a ineficiência econômica do sistema comunista tem de ser reconhecida paralelamente à questão mais imediata da negação da liberdade em um sistema onde os mercados foram excluídos.

Outro exemplo é o tema do trabalho infantil prevalecente no Paquistão e na Índia. Sen aponta que existe um problema enraizado de escravidão e adscrição de trabalhadores,

uma vez que muitas das crianças que executam tarefas pesadas são forçadas a isso. “A liberdade para frequentar uma escola, particularmente, é tolhida não só pela deficiência dos programas de educação elementar nessas regiões, mas, em alguns casos, também pela inexistência de escolha para as crianças na decisão sobre o que desejam fazer.” Esse é um problema polêmico, mas o fato do trabalho infantil na maioria das vezes se aproximar da escravidão faz do problema suficientemente perverso por si mesmo. (Sen,2010)

Embora Amartya Sen ressalte a importância das transações, o direito de participação econômica e a importância direta das liberdades relacionadas ao mercado, ele enfatiza que não se pode ignorar a complementaridade dessas liberdades com as liberdades provenientes da operação de outras instituições não ligadas ao mercado.

Na análise do mecanismo de mercado, observa-se a importância da equidade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades:

“O problema da desigualdade realmente se magnifica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades. Isso ocorre principalmente devido à possibilidade de algum acoplamento de desigualdade de renda, de um lado, e vantagens desiguais na conversão de renda em capacidades, de outro. Por exemplo, uma pessoa incapacitada, doente, idosa ou que apresenta alguma outra desvantagem pode, por um lado, ter dificuldade para auferir uma renda apropriada e, por outro, também enfrentar dificuldades ainda maiores para converter renda em capacidades e em uma vida satisfatória. Os próprios fatores que podem impossibilitar uma pessoa de encontrar um bom emprego e ter uma boa renda (como a incapacidade) podem deixá-la em desvantagem na obtenção de uma boa qualidade de vida até mesmo com um bom emprego e uma boa renda. Essa relação entre o potencial para auferir renda e potencial para usar a renda é um conhecido fenômeno empírico nos estudos sobre a pobreza.”. (SEN, 2010, p. 160)

A intervenção social, incluindo o custeio governamental tem um importante papel ao lidar com os problemas de equidade, graves privações e pobreza. Os sistemas de seguridade social nos Estados do bem-estar procuram realizar programas que incluem provisão social de serviços de saúde, auxílio governamental aos desempregados etc.

De acordo com Sen é necessário um exame crítico do papel do mercado. Adam Smith, o qual embora defendesse o uso dos mercados, não hesitou em investigar circunstâncias econômicas nas quais restrições específicas pudessem ser propostas com sensatez. Sen indica a lógica intervencionista de Smith, cujo argumento básico consiste na

defesa que os sinais do mercado podem ser enganosos e as consequências do livre mercado podem ser um grande desperdício de capital. Smith preocupava-se com o problema do desperdício social e da perda de capital produtivo.

Dessa forma, o autor expõe que há possibilidade das motivações do lucro privado realmente serem contrárias aos interesses sociais. Esse é o principal receio ao se considerar a perda social envolvida, por exemplo, nas produções privadas que acarretam desperdício ou poluição do meio ambiente. Torna-se, então, evidente depois de reconhecer o papel do comércio e da troca na vida humana, a necessidade de examinar quais são as outras consequências das transações de mercado.

As razões para uma abordagem múltipla do desenvolvimento tornaram-se mais evidentes em anos recentes, uma vez que se associam à necessidade de equilibrar o papel do governo e de outras instituições políticas e sociais com o funcionamento dos mercados. Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser visto como parte de uma abordagem mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipo, como por exemplo direitos democráticos, garantias de segurança, oportunidades de cooperação etc.

Sen argumenta que o mecanismo de mercado é um sistema básico pelo qual as pessoas podem interagir e dedicar-se a atividades mutuamente vantajosas. Os problemas que surgem são normalmente de outras fontes e não da existência dos mercados em si, e incluem considerações como o despreparo para usar as transações de mercado, a omissão de informações ou o uso não regulamentado de atividades que permitem as vantagens assimétricas.

Dessa forma, deve-se lidar com esses problemas não suprimindo os mercados, mas permitindo um melhor funcionamento, com maior equidade atentando-se ao fato que as realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais.

O mecanismo de mercado obteve êxito em condições nas quais as oportunidades por ele oferecidas puderam ser compartilhadas. Para possibilitar tal efeito, a provisão de educação básica, a presença de assistência médica elementar, a disponibilidade de recursos como a terra

que podem ser cruciais para algumas atividades econômicas (como a agricultura) pedem políticas públicas apropriadas, como educação, serviço de saúde, reforma agrária etc.

O autor alega que não se pode questionar as contribuições do mecanismo de mercado para os resultados econômicos. O problema normalmente se encontra nas desigualdades de liberdades substantivas, principalmente quando existe uma desvantagem para o indivíduo (como por exemplo a dificuldade de uma pessoa incapacitada ou sem preparo profissional para auferir uma renda). Por tais considerações, os abrangentes resultados do mecanismo de mercado têm de ser complementado com a criação de oportunidades sociais básicas para a equidade e justiça social. Observa-se que no contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância de extrema relevância.

As economias do Leste Asiático, começando com o Japão buscaram mais cedo a expansão em massa da educação e dos serviços de saúde, e fizeram isso muito antes de romper com a pobreza geral. A criação de oportunidades sociais contribuiu diretamente para a expansão das capacidades humanas enquanto a expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribuiu diretamente para o aumento da qualidade de vida.

De acordo com Sen, o desenvolvimento humano é, sobretudo, um aliado dos pobres e não somente dos ricos. As recompensas do desenvolvimento humano vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, uma vez que influencia também na formação das capacidades produtivas dos indivíduos e, portanto, sobre o crescimento econômico em geral.

Sen ressalta que a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa um alvo passivo na violação de outros tipos de liberdade. A privação da liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.

A Democracia e a Oposição

O autor questiona a ideia que concentrar-se na democracia e na liberdade política é um luxo que um país pobre “não pode se dar”. Questões como essa, bem como outras que

refletem dúvidas quanto à urgência da liberdade política e dos direitos civis passaram a tomar forma na Conferência de Viena sobre direitos humanos realizada em 1993. Sen apresenta que existe nessa linha de análise a retórica repetida: “o que deve vir primeiro – eliminar a pobreza e a miséria ou garantir liberdade política e direitos civis?”. (Sen, 2010)

O autor argumenta que as relações não são apenas instrumentais, já que as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas, mas são também relações construtivas. A intensidade das necessidades econômicas aumenta a urgência das liberdades. Apresentam-se três diferentes considerações que conduzem na direção dos direitos políticos e civis básicos:

“1) sua importância direta para a vida humana associada a capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social); 2) seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades econômicas); 3) seu papel construtivo na conceituação de ‘necessidades’ (como a compreensão das ‘necessidades econômicas’ em contexto social).” (SEN, 2010, p. 195)

Segundo Sen, a oposição às democracias e liberdades civis e políticas básicas parte de três direções. Primeiro, afirma-se que essas liberdades e direitos prejudicam o crescimento e o desenvolvimento econômico. Essa crença é denominada tese de Lee e está associada à defesa de sistemas políticos mais autoritários.

Segundo, procurou-se demonstrar que, se aos pobres for dado escolher entre ter liberdades políticas e satisfazer necessidades econômicas, eles invariavelmente escolherão a segunda alternativa. Em uma variante desse argumento, mas estreitamente relacionada, afirma-se que a questão está no que as pessoas têm razão para escolher. Dessa forma, as pessoas têm razão para querer eliminar, antes de mais nada, a privação econômica e a miséria, enquanto questões das liberdades políticas e direitos civis estorvariam as prioridades reais.

Terceiro argumento afirma que a ênfase sobre liberdade política, liberdades formais e democracia é uma prioridade especificamente “ocidental” que contraria particularmente os “valores asiáticos”, os quais são mais voltados para a ordem e a disciplina do que para liberdades formais e liberdades substantivas. Sen relata:

“Na Conferência de Viena de 1993, o ministro das Relações Exteriores de Cingapura alertou que ‘o reconhecimento universal do ideal dos direitos humanos pode ser prejudicial se o universalismo for usado para negar ou mascarar a realidade da diversidade’. O porta voz do Ministério das Relações Exteriores da China chegou a registrar formalmente a seguinte proposição, aparentemente aplicável à China e a outras partes da Ásia: ‘Os indivíduos têm de pôr os direitos do Estado antes dos seus próprios direitos’.” (SEN, 2010, p. 197)

No entanto, Sen argumenta que existem poucas evidências gerais de que governo autoritário e supressão de direitos políticos e civis sejam benéficos para incentivar o desenvolvimento econômico. Ele enfatiza que a própria tese de Lee baseia-se em informações muito limitadas e sem amparo de uma análise estatística. É necessário também examinar os processos causais que envolvem o crescimento econômico.

Observa-se que existe um consenso quanto às políticas úteis, incluindo abertura à concorrência, uso de mercados internacionais, alto nível de alfabetização e educação escolar, reformas agrárias bem sucedidas e provisão pública de incentivos ao investimento, exportação e industrialização. Portanto, Sen argumenta que não existe nada que indique que qualquer uma dessas políticas seja inconsistente com a democracia e precise ser sustentada pelo autoritarismo.

O desenvolvimento econômico não deve considerar apenas o crescimento do PNB ou de alguns outros indicadores de crescimento econômico. Precisa-se levar em consideração o impacto da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos indivíduos. Ele aponta como relevante examinar a relação entre, de um lado, direitos políticos e civis e, de outro, a prevenção de desastres como as fomes coletivas.

A resposta do governo ao sofrimento e desastres sofridos pela população frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, dessa maneira o exercício dos direitos políticos como votar, criticar, protestar etc são essenciais ao indivíduo. Sen argumenta que os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de evidenciar eficazmente as necessidades gerais e exigir uma ação pública apropriada.

Em uma análise da importância da liberdade política, o autor argumenta que governantes têm incentivo para ouvir o que o povo precisa se tiverem de enfrentar a crítica da população em épocas de eleição. Nenhuma fome coletiva substancial ocorreu em país independente, com uma forma democrática de governo e uma imprensa “livre”. No entanto, a

fome coletiva esteve presente em sociedades autoritárias contemporâneas e em modernas ditaduras tecnocráticas.

É preciso ver a democracia como criadora de um conjunto de oportunidades e o uso dessas oportunidades requer uma análise que aborde a prática dos direitos políticos e civis. A democracia tem sido bem sucedida na prevenção de calamidades, mas muitos outros problemas não são tão acessíveis. Sen exemplifica: “O êxito da Índia na erradicação da fome coletiva não teve um correspondente na eliminação da subnutrição regular, na solução do persistente analfabetismo ou das desigualdades nas relações entre sexos.”. Algumas democracias mais maduras apresentam falhas e privações nas áreas de serviços de saúde, educação e meio social. (Sen, 2010)

Inúmeras oportunidades são criadas pela democracia, mas a força com que as oportunidades são aproveitadas depende de vários fatores, como a política multipartidária e o dinamismo dos argumentos morais e formação de valores. Desenvolver e fortalecer um sistema democrático são componentes essenciais do processo de desenvolvimento.

Observa-se, entretanto, que embora reconhecida a importância das instituições democráticas, elas não podem ser declaradas dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Sen observa que seu uso deve ser condicionado por valores e prioridades e pela abordagem das oportunidades de articulação e participação. Discussões e debates públicos, permitidos pelas liberdades políticas e os direitos civis também assumem papel fundamental na formação de valores sociais, uma vez que a força da discussão pública e o seu cultivo podem resultar no melhor funcionamento da própria democracia.

Por mais importante que a democracia seja como fonte fundamental de oportunidade social, existe a necessidade inerente de examinar os caminhos e meios para fazê-la funcionar bem. A realização da justiça social depende não só de formas institucionais, incluindo regras e regulamentações democráticas, mas também da prática correta efetiva.

A Liberdade Cultural e os Valores Comuns

Outro fator relevante apontado por Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade” está na forte relação entre democracia e questões culturais:

“Trata-se do poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais para solapar modos de vida e costumes sociais tradicionais. (...) O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos antigos governantes do mundo tenha declinado, o domínio ocidental permanece tão forte como antes. (...) A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão internacional do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva.”. (SEN, 2010, p. 308)

Sen defende que o processo de transição deve ocorrer de maneira amena para que o processo de globalização seja menos destrutivo para o modo de vida tradicional. É necessário que haja oportunidades para uma nova formação profissional e a possibilidade de aquisição de novas qualificações para aqueles que têm seus direitos prejudicados pelas mudanças culturais resultantes do processo de globalização. O mundo moderno de intercâmbios requer educação e qualificação profissional básica, uma vez que a equidade de oportunidades culturais e econômicas é de considerável importância em uma sociedade globalizada.

Sen observa também a falta de obrigação em preservar todo estilo de vida/cultura mesmo ultrapassado. Entende-se que é importante para a justiça social, que os indivíduos possam tomar decisões sociais de acordo com as suas vontades. Isso enfatiza a influência e importância das capacidades elementares como ler e escrever por meio da educação básica, ser bem informado e estar atualizado por meio dos meios de comunicação livres, e usufruir da liberdade política por meio de eleições, plebiscitos e o uso geral dos direitos civis e direitos humanos.

Para o autor, a diversidade cultural deve ser reconhecida e é de enorme importância para a sociedade atual. No entanto, a compreensão da presença da diversidade tende a ser prejudicada por constantes generalizações simplificadas sobre a “civilização ocidental”, “os valores asiáticos”, as “culturas africanas” etc. Na maioria das vezes, essas interpretações são intelectualmente superficiais e agravam a tendência divisora do mundo atual.

Deve-se ressaltar que o conflito real entre o modo de vida tradicional e o desenvolvimento econômico ocorre principalmente entre:

“1) O valor básico de que se deve permitir às pessoas decidir livremente que tradições elas desejam ou não seguir; e 2) a insistência em que tradições estabelecidas sejam seguidas (haja o que houver) ou, alternativamente, em que as

“pessoas têm de obedecer às decisões de autoridades religiosas ou seculares que impõem a observância das tradições – reais ou imaginárias.” (SEN, 2010, p. 50)

Sen aponta que é extremamente importante a participação da sociedade nas decisões para mudanças de questões culturais e na aceitação ou rejeição da modernidade. A liberdade participativa da sociedade não pode ser vedada como forma de preservar os valores tradicionais. No entanto, observa-se ainda nas sociedades modernas a incidência de fundamentalismo religioso, e argumentação com base nos “valores asiáticos”.

Sen desenvolve a questão da legitimidade em sociedades expostas a tal privação de liberdade:

“Esse reconhecimento básico tem um alcance notável e implicações poderosas. Índícios de apeço à tradição não justificam uma supressão geral da liberdade dos meios de comunicação ou dos direitos de comunicação entre um cidadão e outro. Mesmo se fosse aceita como historicamente correta a visão distorcida de que Confúcio realmente foi um autoritário, ainda assim isso não seria uma justificativa adequada para praticar o autoritarismo por meio da censura ou restrição política, uma vez que a legitimidade de acatar hoje as ideias enunciadas no século VI a.C. tem de ser decidida por quem vive hoje. Além disso, como a participação requer conhecimento e um grau de instrução básico, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo – por exemplo, às meninas – é imediatamente contrário às condições fundamentais da liberdade participativa. Embora esses direitos tenham sido muitas vezes contestados (...), não se pode escapar desse requisito elementar em uma perspectiva orientada para a liberdade.” (SEN, 2010, p. 51)

O autor enfatiza que sua obra se norteia pela crença no potencial das diferentes pessoas de diferentes culturas para compartilhar muitos valores e concordar em alguns comprometimentos comuns. O valor incontestável e superior da liberdade como princípio organizador da obra “Desenvolvimento como Liberdade” possui a característica acentuada do universalismo.

CONCLUSÃO

Ao longo da análise da teoria de desenvolvimento de Amartya Sen, pode-se reconhecer o papel dos valores sociais, costumes e instituições os quais têm influência direta nas liberdades de que os indivíduos desfrutam. Sen observa que normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos, a taxa de fecundidade de uma sociedade, o tratamento do meio ambiente dentre muitas outras características.

Índices como o IDH e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) permitem a visualização, mesmo que ainda superficial, do desenvolvimento com foco no avanço da qualidade de vida multidimensional dos indivíduos. A concepção de desenvolvimento para Amartya Sen ultrapassa o limite econômico da renda, que é no máximo, apenas um indicador de bem estar individual. Dessa forma, ao colocar a expansão das liberdades individuais como principal foco do desenvolvimento, as questões sociais tornam-se objetivos e metas do crescimento econômico e de políticas públicas.

Ao analisar o que os indivíduos almejam, o acesso à saúde, educação, liberdade de expressão e as capacidades básicas tornam-se essenciais para a formação de uma opinião e vontade legitimada. De acordo com Sen, as liberdades permitem aos indivíduos o reconhecimento real do que realmente desejam para suas vidas e, conseqüentemente, a renda torna-se objetivo coadjuvante em tal cenário.

“Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras.” (SEN, 2010, p. 26)

Entende-se também que os valores prevaletentes e os costumes sociais estão vinculados a presença ou ausência de corrupção, confiança nas relações econômicas, sociais e políticas. O exercício da liberdade pelo indivíduo é diretamente influenciado por discussões públicas e pelas interações sociais e estas são motivadas pelas liberdades de participação.

Sen enfatiza que na visão de “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais estão interligadas e uma contribui com a outra na expansão da liberdade

humana. Para Amartya Sen, as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. (Sen, 2010)

“Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá argumentos em direções contrárias. A motivação que fundamenta a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” não consiste em ordenar todos os estados – ou todos os cenários alternativos – em uma “ordenação completa”, e sim em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de nossa atenção. (...) Prejudicial seria negligenciar – o que com frequência ocorre na literatura sobre desenvolvimento – preocupações crucialmente relevantes devido a uma falta de interesse pelas liberdades das pessoas envolvidas.” (SEN, 2010, p. 52)

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **Gabão**. Banco Mundial. Disponível em: <data.worldbank.org/country/gabon>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Sri Lanka**. Banco Mundial. Disponível em: <data.worldbank.org/country/sri-lanka>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

SEN, Amartya K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia Princípios Básicos: Uma Abordagem Moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.